

02672-2011-325-09-00-2 – 2ª. TURMA

Relator: LUIZ ALVES

Publicado no DEJT em 21-08-2012

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PORTAS DE SEGURANÇA EM AGÊNCIAS BANCÁRIAS. DANO MORAL COLETIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MESMO QUE CUMPRIDA A OBRIGAÇÃO EM SEDE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. A inobservância da legislação que garante a instalação de portas de segurança em estabelecimentos bancários por mais de quinze anos gera dano moral coletivo, porque colocou em risco a vida e saúde dos trabalhadores. Nesse sentido, não há que se falar em prova do prejuízo para a configuração do dano moral coletivo. A certeza do dano emerge objetiva e diretamente do evento causador. Mesmo que cumprida a obrigação antes do julgamento, o pedido deve ser acolhido, sendo inapropriada a rejeição por falta de objeto.